



Número: **0100321-29.2017.8.20.0159**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Umarizal**

Última distribuição : **09/05/2017**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ALEXANDRO DE OLIVEIRA (AUTOR)		ARMANDO FLORENTINO DE ARAUJO (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (RÉU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
58583545	12/08/2020 12:22	006 - Despacho_08	Decisão / Despacho



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Umarizal

Processo nº: 0100321-29.2017.8.20.0159

Ação: Procedimento Ordinário

Requerente(s): Alexandre de Oliveira

Requerido(s): Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT

DESPACHO

Determino que a secretaria officie o núcleo de perícia do TJRN, por meio do sistema NUPEJ, a fim de que indique profissional para realização do ato (perícia médica-ortopedia).

Arbitro os honorários em R\$ 200,00, conforme o Convênio de Cooperação Institucional nº 39/2018, celebrado entre o TJRN e a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT.

Tendo em vista que a parte autora é consumidora hipossuficiente e que suas alegações têm aparência de verdade, satisfazendo os pressupostos do artigo 6º, VIII, do CDC, **inverte o ônus da prova em favor da mesma**, razão pela qual caberá à parte demandada antecipar as despesas com a perícia, resguardado o direito de requerer a devolução do montante em fase de cumprimento de sentença, caso os pedidos autorais sejam julgados improcedentes.

Feita a nomeação do perito acima identificado, determino que a Secretaria adote as seguintes providências **(nesta ordem)**:

1) intime-se a parte autora para, nos termos do parágrafo primeiro do art. 465 do CPC, arguir o impedimento ou suspeição do perito (se for o caso), **indicar assistente técnico e apresentar quesitos** (além dos já formulados por este juízo);

2) proceda-se **com a intimação da promovida para, no prazo de 15 (quinze) dias:**

a) **efetue o depósito dos honorários do perito** em conta judicial vinculada a este processo (ficando ciente de que, caso não se realize o depósito, serão considerados verdadeiros, salvo prova documental em contrário, os fatos aduzidos na inicial pertinentes às lesões e sequelas alegadas pela parte demandante);

b) alegue o impedimento ou suspeição do perito (se for o caso), **indique assistente técnico e apresente quesitos** (além dos já formulados por este juízo), caso deseje, nos termos do parágrafo primeiro do art. 465 do CPC;

3) **sendo efetuado o depósito dos honorários pela ré, intime-se o perito** para informar dia e hora para a realização do exame clínico, o qual deverá ser realizado em sala desta Unidade Judiciária, devendo para tanto concentrar uma data, observando, em todo caso, uma antecedência mínima de 60 dias, ficando obrigado a entregar o respectivo laudo no prazo de até 20 dias, após a realização do exame;

4) **com a designação do dia da perícia, as partes devem ser intimadas desta data**, afim de que compareçam ao exame, bem como para que acompanhem a realização da perícia (se assim desejarem, nos termos do parágrafo segundo do art. 466 e do art. 474 do CPC);

5) **com a apresentação do laudo**, intemem-se as partes para se pronunciarem sobre o mesmo, no prazo comum de 15 dias (parágrafo primeiro do art. 477 do CPC).

6) não havendo requerimentos de esclarecimentos acerca do laudo, **expeça-se alvará em favor do perito** e, em seguida, **designa-se audiência de conciliação** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

7) havendo solicitação de esclarecimento pelas partes, intime-se o perito para

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RENAN BRANDAO DE MENDONÇA. Para conferir o original, acesse o site, informe o processo 0100321-29.2017.8.20.0159 e o código 4F00000002LVH.



85
Q

prestá-lo, no prazo de 15 dias (parágrafo segundo do art. 477 do CPC) e, em seguida, com a sua resposta, **expeça-se alvará em seu favor**, designando-se, ato contínuo, **audiência de conciliação** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

8) Não sendo possível conciliação, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, informarem se desejam produzir alguma prova em audiência de instrução e julgamento ou se concordam com o julgamento antecipado do mérito.

Ressalto que a inércia será entendida como consentimento com o julgamento imediato.

Por fim, com fundamento no art. 470, inciso II, do CPC, formulo os seguintes quesitos:

- 1- Quais as lesões sofridas pelo autor?
 - 2- As lesões decorreram de acidente de veículo?
 - 3- Essas lesões tornam algum membro ou função deficiente?
 - 4- Totalmente ou em parte?
 - 5 - Em que percentual?
 - 6- Das lesões resulta alguma incapacidade para o trabalho ou incapacidade fisiológica?
 - 7- A incapacidade é temporária ou permanente?
 - 8- Das lesões resulta alguma redução da capacidade laboral ou fisiológica?
 - 9- A incapacidade, se parcial, é completa em relação à parte do corpo afetada ou é incompleta?
 - 10- No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão é intensa (75% ou mais), média(50%), leve (25%) ou residual (10% ou menos)?
- P.I. Cumpra-se.Umarizal/RN, 19 de maio de 2020.

Renan Brandão de Mendonça
Juiz de Direito

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RENAN BRANDAO DE MENDONCA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0100321-29, 2017.8.20.0159 e o código 4F00000002LVH.

